

# O conteúdo local dos produtores independentes

Os produtores independentes, a rigor aqueles que atuam exclusivamente no segmento de E&P, têm participação muito recente na indústria de petróleo do Brasil, por meio das licitações promovidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

**O** fortalecimento de seu papel significa um grande potencial na multiplicação dos resultados do setor petrolífero nas regiões extremamente carentes do interior do país. Por coincidência, ali ocorre a quase-totalidade das reservas nacionais conhecidas de hidrocarbonetos em terra. Por se tratar, na sua grande maioria, de empresas de capital nacional de pequeno porte, quando comparadas às grandes petroleiras, é natural que elas busquem pequenos fornecedores e mão-de-obra locais para atender às suas necessidades de produtos e serviços, com a consequente geração de trabalho e renda nas áreas onde atuam.

Contudo, esse teoricamente promissor setor encontra-se hoje na UTI neonatal, devido tanto a fatores estruturais quanto regulatórios. Em essências, a atuação dos pequenos produtores ficou restrita às bacias maduras, em avançado estágio de exploração, e limitada, em muitos casos, à operação de campos marginais há muito devolvidos pela Petrobras por não ser de seu interesse mantê-los em seu portfólio. Apesar dos esforços exploratórios e dos valores investidos, esse quadro decorre tanto do limite da capacidade financeira dos independentes quanto da falta de especialistas que atinge o setor. Como era de se esperar, isso se reflete no baixo sucesso alcançado nos blocos exploratórios e na escassa produção atual.

Não há perspectiva, no curto prazo, de uma melhoria desse cenário, já que a atratividade das

áreas remanescentes deve cair mais ainda e, por outro lado, os campos marginais com alguma produtividade de interesse permanecem nos ativos daquela grande empresa nacional. Em consequência, as possibilidades de crescimento e sustentabilidade do segmento são hoje, no mínimo, duvidosas.

A produção irrisória dos independentes dá ainda origem a múltiplos problemas. Em primeiro lugar, os investidores não conseguem recuperar o capital aplicado. Com a crise que se instalou na economia mundial, há também falta de crédito para o prosseguimento dos compromissos assumidos com os Contratos de Concessão, o que prejudica ainda mais as perspectivas de novos aportes para as operações em curso ou para novas aquisições.

Em segundo lugar, a escala da produção atual, ou as suas possibilidades futuras, não justifica, por exemplo, a instalação de estações de tratamento do óleo e muito menos a construção de uma pequena refinaria. Isso leva a uma situação de total dependência de comercialização com a Petrobras, no mínimo constrangedora para ambas as partes devido aos volumes minúsculos envolvidos (pouco mais de mil barris/dia, distribuídos pelas diversas bacias maduras).



Foto: Divulgação Abpip

O terceiro problema gerado, influenciado também pela breve presença dos produtores independentes, é a falta da oferta de bens e serviços destinados às características da sua produção em terra. Apesar dessa restrição, foi estabelecida em 2005, a partir da Sétima Rodada de Licitações, a obrigatoriedade da certificação do conteúdo local dos fornecimentos por uma entidade devidamente credenciada pela ANP. Essa exigência implica enorme carga documental e burocrática para os pequenos operadores. Incorre, ainda, em custos ainda não de todo estimados para o fornecedor nacional, que com certeza irá repassá-los para seus preços.

A sistemática de certificação do conteúdo local tem se mostrado bastante complexa até mesmo para os grandes operadores, já que é bem detalhada e abrange todos os componentes de um produto. Além disso, na prática, ela exige uma contabilidade em separado, já que o conteúdo é apurado com a exclusão dos impostos e com o câmbio da data de aquisição e não de fechamento, como usual.

Como o mercado ainda não conseguiu se adaptar a essas novas exigências e não há uma oferta inicial suficiente de produtos certificados, os pequenos concessionários, sem força para impor quaisquer condições ao mercado fornecedor, se defrontam com o dilema de sofrerem penalidades por não atenderem à comprovação do conteúdo local ou atrasarem suas encomendas. Nesse caso, os próprios programas exploratórios correm o risco de estourar os prazos contratuais, com resultados ainda piores para os operadores.

O aumento do conteúdo local e da competitividade do fornecedor nacional é certamente de grande interesse para o desenvolvimento nacional e diversos países encontraram uma ou outra fórmula para fomentá-lo. No entanto, é bastante pe-

culiar que, em toda indústria nacional, apenas o *upstream* da indústria de petróleo esteja submetido a obrigações que não atingem nem mesmo aos grandes projetos programados para o parque de refino ou para a construção naval.

Ainda mais: é bastante duvidosa a relevância para a indústria nacional do conteúdo local na fase de exploração em pequenos blocos terrestres, que não prevê, *a priori*, qualquer tipo de instalação permanente, ou sequer se sabe se haverá alguma descoberta comercial. Essa é, por excelência, uma etapa de investimentos de alto risco, transitória e de curta duração, que utiliza serviços tais como aquisição sísmica e perfuração de poços realizados com equipamentos não fabricados hoje no país e acessórios que serão deixados na própria perfuração e, eventualmente, abandonados, se o poço for seco.

Muito se fala da grande importância e participação na produção dos Estados Unidos, do Canadá, e de muitos outros países, das suas milhares de empresas independentes. Dificilmente é mencionada a variada gama de incentivos, inclusive fiscais, que receberam e continuam a merecer em seus países. Também é esquecida a estrutura de fornecimento de bens e serviços que existe para atendê-los, fruto das muitas décadas de funcionamento desses produtores.

Infelizmente, esse quadro não se repete no Brasil, onde a própria regulação trata diferentes como iguais. Se a existência de produtores independentes é importante para o país, é necessário criar as condições para atrair mais empresas para o setor e garantir a sua sobrevivência. Em paralelo, a prudência recomenda retirar um pouco da ênfase exclusiva nos fornecimentos para o setor, já que é urgente incentivar seu verdadeiro conteúdo local, que é a sua produção de óleo e gás. ■

[www.tnsustentavel.com.br](http://www.tnsustentavel.com.br)

[www.tnsustentavel.com.br](http://www.tnsustentavel.com.br)

[www.tnsustentavel.com.br](http://www.tnsustentavel.com.br)

[www.tnsustentavel.com.br](http://www.tnsustentavel.com.br)

[www.tnsustentavel.com.br](http://www.tnsustentavel.com.br)